

Governo inicia série de leilões bilionários

Processo de concessão à iniciativa privada, que começa dia 27 com usinas da Cemig e áreas de petróleo, pode arrecadar R\$ 21,4 bi até o fim do ano

Lu Aílo Ottá / BRASÍLIA

Em meio a sinais de recuperação da atividade econômica, o governo inicia na quarta-feira uma série de leilões com os quais pretende levantar no mínimo R\$ 21,4 bilhões até o fim do ano. A expectativa é que haja disputa pelos negócios e que o interesse das empresas leve a arrecadação do governo. Se isso ocorrer, a equipe econômica diz que será possível liberar mais recursos contingenciados do Orçamento para os ministérios.

Na quarta-feira, o governo colocará à venda quatro usinas hidrelétricas da estatal mineira

Cemig, cujos contratos venceram e não foram renovados, e um conjunto de 29 áreas para exploração de óleo e gás em mar e em terra. Só com esse pacote, a expectativa mínima de arrecadação é de R\$ 12,64 bilhões. Os investimentos atrelados a eles são da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

"Será um dia para ficar na história", disse o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Adalberto Vasconcelos. "Ficará claro o interesse dos investidores nacionais e estrangeiros."

Embora o preço mínimo pelas quatro hidrelétricas tenha sido fixado em R\$ 11,05 bilhões no total, é dado como certo nos

bastidores que a arrecadação será maior do que isso. Segundo o governo, pelo menos quatro grupos demonstraram interesse. A própria Cemig deverá participar do leilão e tentar recomprar suas usinas.

Embate. Nas últimas semanas, o leilão das hidrelétricas virou um embate político e jurídico, com parlamentares mineiros e a estatal tentando impedir o processo. Como é usual em leilões controversos, a Advocacia-Geral da União (AGU) se preparou para cassar eventuais decisões liminares que suspendam a venda.

O governo está otimista tam-

● **Marco**
"Será um dia para ficar na história, em que haverá a maior expectativa de valor de outorga e de investimento nos últimos anos. (...) Ficará claro o interesse dos investidores nacionais e estrangeiros."
Adalberto Vasconcelos
SECRETÁRIO ESPECIAL DO PPI

bém com a quantidade de empreendedores que se inscreveram para a disputa de áreas de óleo e gás, a chamada 14.ª rodada. Nos últimos meses, a União promoveu uma série de mudan-

ças na regulação do setor para atrair investimentos. Além de mudar as regras de obrigatoriedade de uso de componentes de fabricação nacional, foi criado um novo regime tributário para o setor, de modo a dar mais segurança jurídica às empresas.

"Em petróleo, teremos novos investidores que não participaram dos leilões anteriores", disse Carlos Roberto Siqueira Castro, sócio sênior do Siqueira Castro Advogados. A aprovação da lista com mais 57 projetos a serem oferecidos à iniciativa privada, com ativos como o Aeroporto de Congonhas, também "movimenta positivamente o mercado", acredita.

A série de leilões seguirá em outubro. No dia 27, vão a leilão as áreas da 2.ª e 3.ª rodadas de óleo e gás, essas no pré-sal. Até o fim do ano também será vendida a Lotex, ao preço mínimo de R\$ 922 milhões.

Pelo perfil dos ativos colocados à venda, especialistas consideram baixo o risco de o governo arrecadar menos do que o previsto com esses negócios. Nos últimos três anos, as estimativas de receitas com concessões ficou R\$ 21,6 bilhões abaixo do previsto no Orçamento. A frustração ocorreu principalmente pela dificuldade de elaborar estudos e preparar os regulamentos para realizar os leilões.



Em licitação. Usina de Miranda, em Indianópolis (MG), é uma das que devem ser leiloadas na próxima quarta-feira

Com perda de usinas, Cemig será forçada a focar em distribuição

Governo conta com a licitação para arrecadar R\$ 11 bilhões e cumprir a meta fiscal; elétrica tenta adiar o leilão

Anne Warth / BRASÍLIA

Após uma batalha judicial que começou há quatro anos, a Cemig está prestes a perder o controle de algumas de suas principais usinas hidrelétricas. O momento não poderia ser mais crítico para a companhia. Após anos de expansão, a empresa sofrerá um corte nos ganhos com geração de energia e, segundo especialistas, terá de garantir sua rentabilidade com a distribuição de eletricidade dentro de Minas Gerais.

Na semana passada, a União conseguiu derrubar na Justiça todas as liminares que impe-

diam o leilão das usinas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande, marcado para esta quarta-feira. O governo conta com a licitação para arrecadar R\$ 11 bilhões e cumprir a meta fiscal. A Cemig corre contra o tempo para adiar a disputa e conseguir um financiamento.

A briga começou em 2012, quando a ex-presidente Dilma Rousseff anunciou o programa de redução da conta de luz, que cortou as tarifas em 20% para o consumidor. A Cemig não aceitou as condições do governo, pois a energia produzida pelas usinas não seria mais vendida a preços de mercado e passaria a ser remunerada apenas para cobrir custos de operação e manutenção (regime de cotas).

Desde o início das discussões, a Cemig alega que o contrato das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda contém cláusulas que previam uma renova-

ção automática das concessões por mais 20 anos, sem redução de receitas. Já o governo argumentou que essa prorrogação não era uma obrigação, mas sim uma opção.

Não é à toa que a Cemig tem brigado tanto para ficar com as usinas. Juntas, essas hidrelétricas representam 36% do parque gerador da companhia. Mais do que isso, as usinas foram uma enorme fonte de receitas para a empresa.

Desde 2013, a energia dessas usinas passou a ser comercializada pela empresa a preços de mercado. O período coincidiu com uma das piores secas da história do País, o que fez com que a energia atingisse o preço de R\$ 822,83 por megawatt-hora (MWh) em algumas semanas de 2014, rendendo cifras bilionárias para a companhia.

Quando o STJ derrubou a liminar que mantinha a usina de São Simão sob seu controle, em setembro de 2015, as receitas da Cemig com transações no mercado à vista despencaram — de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 161 milhões em 2016. Desde então, a empresa tem operado as usinas com liminares. Ao mesmo tempo, o nível de endividamento da companhia dobrou. A queda de

A DISPUTA COM O GOVERNO

1. A briga começou em 2012, quando a ex-presidente Dilma Rousseff anunciou o programa de redução da conta de luz, que cortou as tarifas em 20% para o consumidor

2. A Cemig não aceitou as condições do governo, pois a energia produzida pelas usinas não seria mais vendida a preços de mercado

3. A energia produzida pelas usinas passaria a ser remunerada apenas para cobrir custos de operação e manutenção (regime de cotas)

4. A Cemig alega que o contrato previa renovação automática das concessões por mais 20 anos. O governo diz que prorrogação não era obrigação, mas opção

receitas deve se aprofundar neste ano. Em abril, as usinas de Jaguará e Miranda também passaram a adotar o regime de cotas.

Para reduzir o endividamento, a Cemig anunciou em junho a intenção de vender R\$ 6,5 bilhões em ativos, como a distribuidora Light, participações nas hidrelétricas de Santo Antônio e Belo Monte e empresas como Taesa e Renova.

Investimentos. Analistas e especialistas do setor elétrico apontam algumas das razões que levaram a empresa a uma situação tão desfavorável. Para o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, o fato de a construtora Andrade Gutierrez ser uma das principais acionistas levou a Cemig a investimentos questionáveis, como Santo Antônio e Belo Monte. A construtora anunciou que vai vender a participação na companhia.

"A Andrade Gutierrez tinha o direito de indicar a diretoria de Novos Negócios da Cemig, e esses investimentos podiam ser feitos sem aprovação da diretoria. Isso era de interesse da construtora, e não da Cemig", afirmou Castro. Procurada, a Andrade Gutierrez não comentou.

De acordo com o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, estudos realizados pela entidade mostram que o desempenho das estatais do setor elétrico é sempre muito pior que o das empresas privadas, não apenas pelo desvio de função, mas também pela burocracia inerente ao setor público. "A Cemig é mais um exemplo nefasto do uso político de estatais", afirma Sales.

"Para qualquer empresa, é complicado ter um controlador financeiramente frágil. É o caso de Minas Gerais e de outros Estados do País, que gerenciam suas empresas de forma a serem grandes geradoras de dividendos", diz o pesquisador sênior do Gesel da UFRJ, Roberto Brandão.

O presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, acredita que a companhia terá um novo perfil. "Será uma nova empresa, menor. E terá de se reformular e se adaptar a margens de lucro menores na geração."

Elétrica une adversários mineiros

BRASÍLIA

Criada há 65 anos por iniciativa do então governador do Estado Juscelino Kubitschek, a Cemig está tão associada à imagem de Minas Gerais que conseguiu unir até mesmo adversários como o governador Fernando Pimentel (PT) e o senador Aécio Neves (PSDB) em sua defesa. Pimentel criou a campanha publicitária "Mexeu com Minas, mexeu comigo". Já Aécio se reuniu com o presidente Michel Temer para tentar interceder a favor da companhia.

A bancada mineira no Congresso também tem se movimentado intensamente pela causa. Um dos mais ativos é o vice-presidente da Câmara, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG). Coordenador da bancada mineira no Congresso, ele promete retaliar e votar contra todos os projetos do governo Temer caso o pleito da empresa não seja atendido.

Em julho, políticos e empresários publicaram uma carta aberta nos jornais para protestar contra o leilão. A carta foi assinada por Pimentel e por prefeitos mineiros, além de representantes do setor privado, como o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Olavo Machado.

Além do grande risco de perder quase 40% da sua capacidade de geração de energia, a Cemig pode ter de encarar outro problema enorme envolvendo as usinas de Jaguará, São Simão e Miranda.

O governo Michel Temer quer que a empresa devolva todo o dinheiro que recebeu com a venda da energia dessas três usinas nos últimos três anos. A questão promete gerar um embate de anos nos tribunais. A estimativa é que a Cemig tenha lucrado R\$ 3 bilhões vendendo energia dessas usinas. Esse dinheiro seria revertido para reduzir as tarifas de energia. /A.W.

Processo de concessão à iniciativa privada, que começa dia 27 com usinas da Cemig e áreas de petróleo, pode arrecadar R\$ 21,4 bi até o fim do ano

Em meio a sinais de recuperação da atividade econômica, o governo inicia na quarta-feira uma série de leilões com os quais pretende levantar no mínimo R\$ 21,4 bilhões até o fim do ano. A expectativa é que haja disputa pelos negócios e que o interesse das empresas eleve a arrecadação do governo. Se isso ocorrer, a equipe econômica diz que será possível liberar mais recursos contingenciados do Orçamento para os ministérios. Na quarta-feira, o governo colocará à venda quatro usinas hidrelétricas da estatal mineira Cemig, cujos contratos venceram e não foram renovados, e um conjunto de 29 áreas para exploração de óleo e gás em mar e em terra. Só com esse pacote, a expectativa mínima de arrecadação é de R\$ 12,64 bilhões.

Os investimentos atrelados a eles são da ordem de R\$ 2,3 bilhões. "Será um dia para ficar na história", disse o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Adalberto Vasconcelos. "Ficará claro o interesse dos investidores nacionais e estrangeiros." Embora o preço mínimo pelas quatro hidrelétricas tenha sido fixado em R\$ 11,05 bilhões no total, é dado como certo nos bastidores que a arrecadação será maior do que isso. Segundo o governo, pelo menos quatro grupos demonstraram interesse. A própria Cemig deverá participar do leilão e tentar recomprar suas usinas.

Embate. Nas últimas semanas, o leilão das hidrelétricas virou um embate político e jurídico, com parlamentares mineiros e a estatal tentando impedir o processo. Como é usual em leilões controversos, a Advocacia-Geral da União (AGU) se preparou para cassar eventuais decisões liminares que suspendam a venda. O governo está otimista também com a quantidade de empreendedores que se inscreveram para a disputa de áreas de óleo e gás, a chamada 14.^a rodada. Nos últimos meses, a União promoveu uma série de mudanças na regulação do setor para atrair investimentos.

Além de mudar as regras de obrigatoriedade de uso de componentes de fabricação nacional, foi criado um novo regime tributário para o setor, de modo a dar mais segurança jurídica às empresas. "Em petróleo, teremos novos investidores que não participaram dos leilões anteriores", disse Carlos Roberto Siqueira Castro, sócio sênior do Siqueira Castro Advogados. A aprovação da lista com mais 57 projetos a serem oferecidos à iniciativa privada, com ativos como o Aeroporto de Congonhas, também "movimenta positivamente o mercado", acredita. A série de leilões seguirá em outubro. No dia 27, vão a leilão as áreas da 2.^a e 3.^a rodadas de óleo e gás, essas no pré-sal.

Até o fim do ano também será vendida a Lotex, ao preço mínimo de R\$ 922 milhões. Pelo perfil dos ativos colocados à venda, especialistas consideram baixo o risco de o governo arrecadar menos do que o previsto com esses negócios. Nos últimos três anos, as estimativas de receitas com concessões ficou R\$ 21,6 bilhões abaixo do previsto no Orçamento. A frustração ocorreu principalmente pela dificuldade de elaborar estudos e preparar os regulamentos para realizar os leilões.

Com perda de usinas, Cemig será forçada a focar em distribuição

Após uma batalha judicial que começou há quatro anos, a Cemig está prestes a perder o controle de algumas de suas principais usinas hidrelétricas. O momento não poderia ser mais crítico para a companhia. Após anos de expansão, a empresa sofrerá um corte nos ganhos com geração de energia e, segundo especialistas, terá de garantir sua rentabilidade com a distribuição de eletricidade dentro de Minas Gerais. Na semana passada, a União conseguiu derrubar na Justiça todas as liminares que impediam o leilão das usinas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande, marcado para esta quarta-feira. O governo conta com a licitação para arrecadar R\$ 11 bilhões e cumprir a meta fiscal. A Cemig corre contra o tempo para adiar a disputa e conseguir um financiamento.

A briga começou em 2012, quando a ex-presidente Dilma Rousseff anunciou o programa de redução da conta de luz, que cortou as tarifas em 20% para o consumidor. A Cemig não aceitou as condições do governo, pois a energia produzida pelas usinas não seria mais vendida a preços de mercado e passaria a ser remunerada apenas para cobrir custos de operação e manutenção (regime de cotas).

Desde o início das discussões, a Cemig alega que o contrato das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda continha cláusulas que previam uma renovação automática das concessões por mais 20 anos, sem redução de receitas. Já o governo argumentou que essa prorrogação não era uma obrigação, mas sim uma opção. Não é à toa que a Cemig tem brigado tanto para ficar com as usinas. Juntas, essas hidrelétricas representam 36% do parque gerador da companhia. Mais do que isso, as usinas foram uma enorme fonte de receitas para a empresa. Desde 2013, a energia dessas usinas passou a ser comercializada pela empresa a preços de mercado.

O período coincidiu com uma das piores secas da história do País, o que fez com que a energia atingisse o preço de R\$ 822,83 por megawatt-hora (MWh) em algumas semanas de 2014, rendendo cifras bilionárias para a companhia. Quando o STJ derrubou a liminar que mantinha a usina de São Simão sob seu controle, em setembro de 2015, as receitas da Cemig com transações no mercado à vista despencaram - de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 161 milhões em 2016. Desde então, a empresa tem operado as usinas com liminares. Ao mesmo tempo, o nível de endividamento da companhia dobrou.

A queda de receitas deve se aprofundar neste ano. Em abril, as usinas de Jaguará e Miranda também passaram a adotar o regime de cotas. Para reduzir o endividamento, a Cemig anunciou em junho a intenção de vender R\$ 6,5 bilhões em ativos, como a distribuidora Light, participações nas hidrelétricas de Santo Antônio e Belo Monte e empresas como Taesa e Renova.

Investimentos. Analistas e especialistas do setor elétrico apontam algumas das razões que levaram a empresa a uma situação tão desfavorável. Para o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, o fato de a construtora Andrade Gutierrez ser uma das principais acionistas levou a Cemig a investimentos questionáveis, como Santo Antônio e Belo Monte. A construtora anunciou que vai vender a participação na companhia. "A Andrade Gutierrez tinha o direito de indicar a diretoria de Novos Negócios da Cemig, e esses investimentos podiam ser feitos sem aprovação da diretoria. Isso era de interesse da construtora, e não da Cemig", afirmou Castro. Procurada, a Andrade Gutierrez não comentou.

De acordo com o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, estudos realizados pela entidade mostram que o desempenho das estatais do setor elétrico é sempre muito pior que o das empresas privadas, não apenas pelo desvio de função, mas também pela burocracia inerente ao setor público. "A Cemig é mais um exemplo nefasto do uso político de estatais", afirma Sales. "Para qualquer empresa, é complicado ter um controlador financeiramente frágil. É o caso de Minas Gerais e de outros Estados do País, que gerenciam suas empresas de forma a serem grandes geradoras de dividendos", diz o pesquisador sênior do Gesel da UFRJ, Roberto Brandão. O presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello, acredita que a companhia terá um novo perfil. "Será uma nova empresa, menor. E terá de se reformular e se adaptar a margens de lucro menores na geração."

DISPUTA COM O GOVERNO

1. A briga começou em 2012, quando a ex-presidente Dilma Rousseff anunciou o programa de redução da conta de luz, que cortou as tarifas em 20% para o consumidor
2. A Cemig não aceitou as condições do governo, pois a energia produzida pelas usinas não seria mais vendida a preços de mercado

3. A energia produzida pelas usinas passaria a ser remunerada apenas para cobrir custos de operação e manutenção (regime de cotas)

4. A Cemig alega que o contrato previa renovação automática das concessões por mais 20 anos. O governo diz que prorrogação não era obrigação, mas opção

Elétrica une adversários mineiros

Criada há 65 anos por iniciativa do então governador do Estado Juscelino Kubitschek, a Cemig está tão associada à imagem de Minas Gerais que conseguiu unir até mesmo adversários como o governador Fernando Pimentel (PT) e o senador Aécio Neves (PSDB) em sua defesa. Pimentel criou a campanha publicitária "Mexeu com Minas, mexeu comigo".

Já Aécio se reuniu com o presidente Michel Temer para tentar interceder a favor da companhia. A bancada mineira no Congresso também tem se movimentado intensamente pela causa. Um dos mais ativos é o vice-presidente da Câmara, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG). Coordenador da bancada mineira no Congresso, ele promete retaliar e votar contra todos os projetos do governo Temer caso o pleito da empresa não seja atendido. Em julho, políticos e empresários publicaram uma carta aberta nos jornais para protestar contra o leilão.

A carta foi assinada por Pimentel e por prefeitos mineiros, além de representantes do setor privado, como o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Olavo Machado. Além do grande risco de perder quase 40% da sua capacidade de geração de energia, a Cemig pode ter de encarar outro problema enorme envolvendo as usinas de Jaguara, São Simão e Miranda.

O governo Michel Temer quer que a empresa devolva todo o dinheiro que recebeu com a venda da energia dessas três usinas nos últimos três anos. A questão promete gerar um embate de anos nos tribunais. A estimativa é que a Cemig tenha lucrado R\$ 3 bilhões vendendo energia dessas usinas. Esse dinheiro seria revertido para reduzir as tarifas de energia.